

– ANEXO 2 - RELATÓRIO DE ARTICULAÇÃO DA COORDENADORIA DE SUPORTE INSTITUCIONAL A PERMANÊNCIA E ÊXITO JUNTO AOS CAMPUS DO IFSC

A Coordenadoria de suporte Institucional à Permanência e Êxito (CSIPE), vinculada à Diretoria de Estatística e Informações Acadêmicas (DEIA), surge na atual gestão da reitoria do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) (2021-2024) com o intento de sistematizar as ações de acesso, permanência e êxito, dar mais atenção as questões que permeiam tal temática e ser referência para o trabalho de articulação junto aos campi do IFSC.

Desde o dia 08 de setembro de 2022 a coordenação da CSIPE está sob responsabilidade da servidora Amanda Fabres Oliveira Radunz. Neste período de 10 meses, foram realizadas e encaminhadas algumas atividades, dentre as quais destaca-se o VII Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar e o V Workshop de Educação Profissional e Evasão Escolar e a finalização dos trabalhos do Grupo de Trabalho (GT) para revisão e atualização do Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IFSC. O GT supracitado foi responsável pela elaboração do *Plano estratégico de acesso, permanência e êxito dos estudantes do IFSC: Prevenção e enfrentamento à evasão escolar* (PEAPEE), documento que está em processo de consulta pública à comunidade acadêmica do IFSC (período de 19 de maio a 31 de julho de 2023). A atualização do PEAPEE é fundamental, pois trata-se de documento norteador teórico, metodológico e político-operacional. Encerrada a consulta pública, o PEAPEE será reanalisado e submetido à aprovação do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e do Conselho Superior (CONSUP).

Dado tal importância, para que haja maior engajamento da comunidade acadêmica na consulta pública e no planejamento estratégico sobre evasão escolar, acesso, permanência e êxito, durante os meses de maio e junho foram realizadas reuniões – presenciais e on-line – nos 22 campus do IFSC. Percorreu-se mais de 2.670 Km, realizando-se 19 reuniões presenciais nos campi: São Lourenço do Oeste; São Carlos; Chapecó; Caçador; Canoinhas; Joinville; Itajaí; Jaraguá do Sul – centro; Jaraguá do Sul – RAU; Gaspar; Florianópolis; Palhoça; Criciúma; Tubarão; Araranguá; Garopaba; Florianópolis – Continente; Xanxerê; e, São Miguel do Oeste. Os campi Urupema, Lages

e São José optaram pela modalidade à distância, sendo desenvolvidas reuniões via Google Meeting. O método para realização das reuniões foi expositivo-dialogado, no qual a participação dos presentes foi essencial para conhecer a realidade de cada campus, elucidar possíveis dúvidas quanto o PEAPEE, discutir sobre os referenciais teórico e metodológico sobre evasão escolar, acesso, permanência e êxito e as próximas ações da CSIPE. Os resultados obtidos a partir de dados quantitativos da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) e das discussões suscitadas nestes encontros são apresentados na sequência.

Os encontros iniciaram com um convite a reflexão sobre quem é o público atendido no campus, quais são as características deste público e, qual(is) a(s) principal(is) vulnerabilidade(s). Esta proposição inicial, invariavelmente, causou estranhamento entre os participantes. Embora pareça conhecimento consolidado, reconhecer e entender o público com o qual trabalha-se não é tarefa simples. Assim, observou-se que, majoritariamente, o público atendido nos campi do IFSC é formado por trabalhadores-estudantes. Dentre as vulnerabilidades foram indicadas:



VULNERABILIDADES

1 TRANSPORTE

15 campus citaram transporte como uma dificuldade e demanda premente para permanência e êxito



2 SOCIOECONÔMICO

As dificuldades socioeconômicas foram o segundo fator mais destacado



3 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A insegurança alimentar e nutricional foi mencionado e associada a tímida oferta de alimentação escolar.



4 FORMAÇÃO BÁSICA PRECARIZADA

A formação básica dos estudantes para acompanhar os conteúdos e processos de ensino-aprendizagem figuraram entre as principais vulnerabilidades



5 CONCILIAR TRABALHO E ESTUDO

A alta demanda de estudos e a dificuldade em conciliar com trabalho

As vulnerabilidades acima descritas não foram as únicas mencionadas durante os encontros, porém estão sublinhadas neste relatório dado a importância e quantidade de vezes que foram indicadas.

O local onde os campi estão edificados é, invariavelmente, distante do centro da cidade. A precariedade do transporte coletivo, como por exemplo, a frequência dos horários e o percurso, além dos valores da tarifa de transporte, são problemas presentes em muitos municípios. Neste aspecto, destaca-se o município de Joinville, que não oferta aos estudantes tarifa reduzida para o transporte coletivo.

Ademais, foi aludido que o transporte público, mantido pelas prefeituras dos municípios vizinhos aos campi do IFSC, está vinculado ao calendário acadêmico de outras instituições de ensino superior – em geral comunitárias. Com isto, não rara as vezes há dificuldade em coincidir o calendário acadêmico do IFSC com o calendário dessas instituições. Nesse sentido, foi manifestada em alguns campus a necessidade de, no início do ano letivo, conversar com os secretários de transporte municipal para que os estudantes do IFSC possam também fazer uso deste serviço. Sobre esta conversa, houve solicitação do apoio da reitoria, especialmente na região do campus Canoinhas.

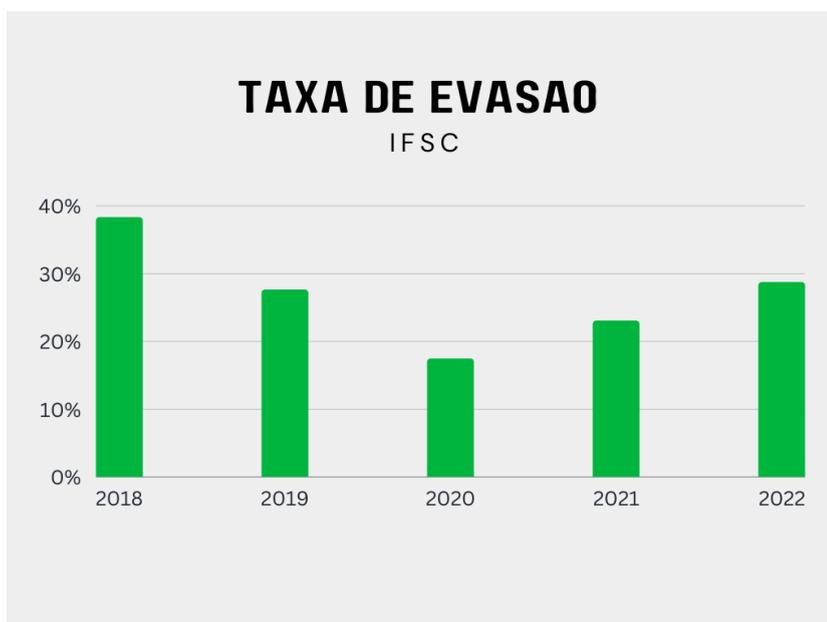
No tocante as vulnerabilidades socioeconômicas, foram mencionadas as condições de renda e acesso aos auxílios estudantis do IFSC. A Assistência Estudantil no IFSC envolve a análise técnica especializada sobre a realidade socioeconômica dos estudantes, a qual é - desde o advento da pandemia de COVID-19 - verificada a partir do Cadastro Único (CadÚnico). A adoção da análise com base nas informações do CadÚnico deu-se em decorrência da necessidade de simplificar o processo de envio de documentação e promover o acesso a outras políticas sociais. No entanto, os participantes na reunião no campus de Joinville registraram a dificuldade para os estudantes acessarem o cadastro, haja vista que os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) - daquele município - limitam o acesso a famílias com renda per-capita de até 0,5 salários-mínimos. Esta orientação vai de encontro a legislação atual, porém é decisão dos gestores da política de assistência social municipal. Isto limita o acesso dos estudantes do IFSC campus Joinville que possuem renda maior que 0,5 e até 2 salários-mínimos per-capita à assistência estudantil. A Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE) já fora acionada para tratar sobre o caso e está em contato com a rede

municipal e estadual, em busca alternativas. Contudo, a situação causa apreensão entre os servidores do campus, que se veem sem ter como auxiliar os estudantes.

Quanto a formação básica dos estudantes, diversas vezes foi inferida a dificuldade para compreender e aprender alguns conteúdos, sendo a isto atribuídas lacunas na formação básica. Este fato é mencionado tanto para os cursos a nível de Ensino Médio como os de Graduação.

Ainda entre os temas mais citados, e de maior relevância para o debate coletivo, figurou a dificuldade para atender as demandas de trabalho e estudo em concomitância. Considerando-se que o perfil do público atendido nos campi é eminentemente composto por trabalhadores-estudantes, esta demanda é muito presente no cotidiano da comunidade acadêmica. Associado ao cansaço e as condições materiais para a manutenção familiar, a necessidade de cumprir a jornada de trabalho e de estudos exige que na relação docente-discentes algumas iniciativas sejam tomadas para evitar o esvaziamento das turmas e, conseqüentemente, a evasão escolar.

A taxa de evasão do IFSC foi pauta nos encontros, pois expõe a necessidade de elaboração de um diagnóstico institucional e de novas ações de prevenção e enfrentamento da evasão escolar. Para tanto, durante as reuniões foi verbalizado o convite para a composição de uma comissão, a qual fará a análise de dados quantitativos (disponíveis em bases de dados e sistemas institucionais) e estudo sobre evasão escolar, acesso, permanência e êxito. Assim, para fomentar o debate, foram apresentados os seguintes dados:



Quando analisados os dados da Taxa de Evasão escolar no IFSC (geral), houve um aumento percentual de 5,67% entre os anos de 2021 e 2022. O movimento ascendente nos últimos três anos expõe a necessidade de realizar um estudo diagnóstico, pois não necessariamente reflete fielmente a realidade institucional. A fragilidade dos dados, per se, localiza-se de antemão na subnotificação dos processos de retenção, reprovação e evasão escolar ocorridos durante os anos de 2020 e 2021. Neste período o mundo enfrentava a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 e, no IFSC, a orientação a todos os campi, para todas as modalidades de curso, era a manutenção das matrículas dos estudantes (reprovados, retidos e/ou evadidos) na condição de “não-concluinte”. Assim, o gráfico apresenta uma queda no indicador de Taxa de Evasão durante os anos de pandemia, a qual seguramente está correlacionada a condição de “não-concluinte” de muitos estudantes. A taxa de evasão de cada campus foi igualmente debatida nos encontros, apresentando-se os seguintes gráficos:

Taxa de evasão - Araranguá



Taxa de Evasão - Caçador



Fonte: PNP

Taxa de Evasão - Canoinhas



Fonte: PNP

Taxa de evasão - Chapecó

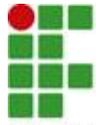


Taxa de evasão - Criciúma

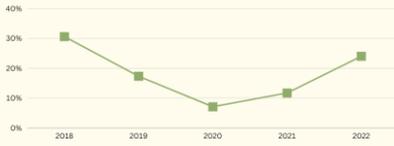


Taxa de evasão - Florianópolis C.

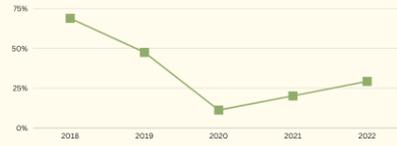




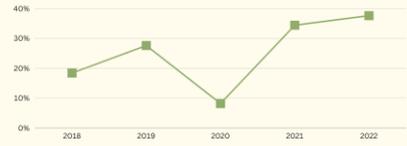
Taxa de evasão - Florianópolis



Taxa de evasão - Garopaba



Taxa de evasão - Gaspar



Taxa de evasão - Itajaí



Taxa de evasão - Jaraguá do Sul centro



Taxa de evasão - Jaraguá do Sul RAU



Taxa de evasão - Joinville



Taxa de evasão - Lages



Taxa de evasão - Palhoça



Taxa de evasão - São Carlos

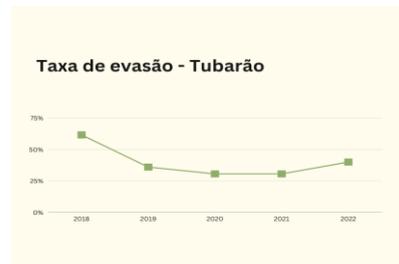


Taxa de evasão - São José



Taxa de evasão - São Lourenço do Oeste



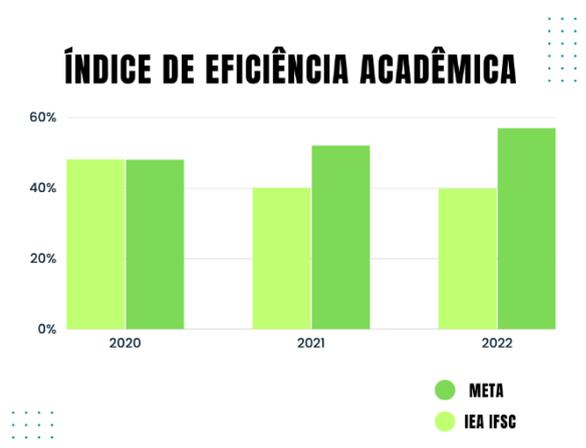


A subnotificação da Taxa de evasão pode ser verificada em todos os campi. Observa-se que, no ano de 2022, a Taxa de Evasão foi maior que 35% em seis campi do IFSC, sendo estes: campus avançado de São Lourenço do Oeste, Tubarão, Gaspar, Urupema, São José e Lages. Dentre estes, apenas os campi Gaspar e São José possuem Ensino Médio Integrado ao técnico.

Por outro lado, o campus Araranguá destaca-se como o que possui a menor Taxa de Evasão no IFSC, apenas 7,96% no ano de 2022. Pondera-se que este campus possui oferta de alimentação escolar, para além do fornecimento de lanches (frutas e panificados). Através de uma reestruturação física e orçamentária, o campus consegue oferecer aos estudantes do ensino básico uma refeição (almoço/jantar). Por se tratar de uma situação *sui generis*, quando comparado a oferta de serviços no demais campi do IFSC, uma primeira hipótese indica a importância da segurança alimentar e nutricional para a permanência e êxito dos estudantes. Esta situação fora mapeada, a partir desta articulação com os campi e será estudada. Caso comprovada tal hipótese, reside aqui um importante fator para prevenção e enfrentamento da evasão escolar.

Além deste indicador, também foi apresentado e discutido nos encontros o Índice de Eficiência Acadêmica. O Índice de Eficiência Acadêmica é também um indicador acadêmico da PNP, o qual leva em consideração a relação entre os estudantes que ingressam em um curso; a quantidade dentre estes que concluem o curso no ciclo mais 1 ano; a quantidade de estudantes que evadiram; e, a quantidade de estudantes retidos, mas que ainda poderão concluir o curso. Este indicador terá participação na composição

orçamentária institucional e pode auxiliar a compreender sobre os processos de retenção e reprovação dos estudantes matriculados nos cursos do IFSC. Afere-se que este índice está abaixo da meta estabelecida no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o que postula revisão.



Este ponto gerou muito debate entre os participantes nos encontros, uma vez que, situações de retenção não recebem a mesma atenção quando comparadas à evasão escolar. Dos 22 campi do IFSC, apenas o campus Xanxerê atingiu 57,4%, ultrapassando a meta estabelecida no PDI para o Índice de Eficiência Acadêmica (57%) no ano de 2022. Por outro lado, aponta-se os campi Garopaba e Jaraguá do Sul – RAU com os menores índices, respectivamente 27,9% e 16,3%.

No PEAPEE que está em consulta pública, retenção e reprovação são processos que requerem atenção, uma vez que tais processos podem colaborar para a evasão escolar. Ressalta-se que no PEAPEE que não foram adotados os conceitos de fracasso escolar, abandono escolar, entre outros. Diferentemente do documento de 2018, o PEAPEE propõe que o trabalho considere os Fatores Intervenientes e não a relação entre causa e efeito. Assim, são múltiplos fatores que podem contribuir para o fenômeno da evasão escolar, entre eles a retenção e reprovação.

Neste sentido, nota-se que os dados quantitativos – especialmente os indicadores supramencionados – auxiliam a identificar alguns cenários que caracterizam o IFSC. Todavia, a demanda por estudos mais aprofundados e, que considerem dados também dados qualitativos, urge. Acerca deste ponto, foi encaminhada a necessidade de organização de uma comissão específica para elaboração de estudos diagnósticos. Esta demanda foi apresentada à gestão da reitoria e aos coletivos nos campi, sendo o próximo

passo a formação deste grupo e a realização de reuniões para organização da agenda.

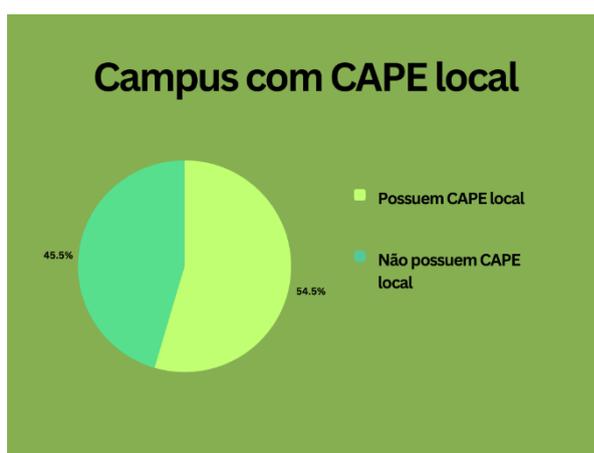
Ao discutir sobre os indicadores outros pontos foram abordados pelos participantes a exemplo dos processos de ingresso. Um dos pontos mais criticados é a demora para a conclusão do processo de matrícula. Os processos seletivos no IFSC possuem diversas etapas, entre o lançamento do edital de seleção e a efetivação das matrículas passam-se alguns meses. Neste ínterim, alguns estudantes acabam matriculando-se em outras instituições, esquecem que fizeram a inscrição no processo seletivo do IFSC, perdem o interesse no curso, etc. e acabam não concluindo a etapa de inscrição e/ou matrícula. Também foi mencionado a situação das matrículas condicionais. A matrícula condicional ocorre quando o estudante realizou a entrega parcial da documentação para matrícula e/ou está aguardando a verificação das comissões específicas para o deferimento ou indeferimento da vaga. Nestes casos, o estudante pode começar a frequentar as aulas, mas sob o risco da não efetivação da matrícula. Em casos que a matrícula não se efetiva (seja por não atender aos critérios para as cotas ou pela ausência de envio de algum(ns) documento(s)), um novo estudante é chamado para ocupar a vaga. No entanto, este processo pode demorar algumas semanas e o estudante recém chamado a ocupar vaga terá perdido parte das aulas ministradas nas semanas iniciais do semestre. Esta situação gera diversos desdobramentos, os quais perpassam desde uma possível dificuldade para acompanhar a turma e conteúdo, até mesmo a desistência do curso. Foi explicado aos participantes das reuniões que há um esforço da gestão atual, especialmente do Departamento de Ingresso (DEIng), para a melhoria destes processos, porém não se trata de simples alterações.

Tanto no que se referiu ao ingresso como aos demais aspectos institucionais, foi indicada a importância da participação da comunidade acadêmica nos Fóruns, comitês, comissões, entre outros espaços de diálogo.

A estrutura física e os recursos humanos disponíveis nos campi foram aspectos suscitado nos encontros. Especialmente no concernente ao quantitativo de técnicos administrativos em educação (TAEs). É indubitável a importância destes servidores, tal qual a dos docentes, para a manutenção das atividades e atendimento a comunidade acadêmica. Contudo, a relação entre o número de estudantes e o de TAEs tem apresentado aumento na demanda de trabalho. Além disso, diversas equipes multiprofissionais estão parcialmente completas, seja por falta de código de vaga

disponível, seja em decorrência de licença (capacitação, médica, etc.) de servidores. Diferentemente do que ocorre entre os docentes, para os TAEs não há previsão de contratação de profissionais substitutos. Isto inviabiliza o desenvolvimento de algumas atividades e sobrecarrega as equipes, que para atender as demandas acabam atuando em diferentes frentes de trabalho.

O cansaço apontado como uma vulnerabilidade do público atendido no IFSC, foi igualmente percebido entre os servidores. Em muitos momentos foram mencionados o cansaço, o acúmulo de tarefas, a sensação de insucesso frente a complexidade do trabalho e a dificuldade para registro das ações em função da alta demanda, como presenças constantes no cotidiano profissional. Dado a importância e mesmo o excesso de atividades, alguns servidores questionaram se a formação das Comissões Locais de Acesso, Permanência e Êxito (CAPE local) não representaria mais uma frente de trabalho.



Dentre os 22 campi do IFSC, possuem CAPE local atuante os campus Canoinhas, Caçador, Chapecó, Florianópolis, Garopaba, Gaspar, Lages, São Carlos, Tubarão e Urupema. Os demais campi sinalizaram a possibilidade de ter dificuldade para constituir a CAPE local. Igualmente, foi debatido a composição da CAPE local, indicando que na maioria dos campi garantir o quantitativo de 4 docentes, 4 TAEs e de discentes conforme a modalidade e oferta de curso – formação proposta no PEAPEE - será difícil. Entretanto, ao reiterar a importância de sistematizar as ações – que por vezes são desenvolvidas, porém não direcionadas especificamente ao acesso, permanência e êxito – e organizar os programas e projetos de prevenção e enfrentamento da evasão escolar, afirmou-se a necessidade de formalização destas comissões. De mesmo modo, foi

indicado que, a partir da representação das CAPEs locais, será composta a CAPE central (tal formação dar-se-á no segundo semestre de 2023).

Registra-se que os processos de ensino-aprendizagem foram citados pelos participantes dos encontros. Especialmente no tangente ao Ensino Médio Integrado, foi referido como um dos “nós críticos”, a ausência de regramento mais rígido quanto a periodicidade das avaliações. Ainda que os documentos institucionais – como Regulamento Didático Pedagógico (RDP) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI) deem as diretrizes, a crítica central reside em orientações que possibilitam diferentes interpretações sobre um mesmo aspecto. Logo, surgem dificuldades na orientação aos docentes, como por exemplo, no caso relatado pelo campus Jaraguá do Sul – Centro, onde a equipe pedagógica tentou orientar o docente e este discordou. No exemplo em tela, o ruído de comunicação gerou desdobramentos e solicitação de apoio da Pró-reitoria de Ensino (PROEN). Sobre isto, foi reiterado a importância de participação nas várias instâncias institucionais, pois o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e, conseqüentemente PPI, estão em processo de revisão.

Em função do período que as reuniões foram realizadas (maio e junho), coincidir com o período de encerramento do semestre letivo, parcela expressiva dos participantes nas reuniões não fizera a leitura prévia do documento. Isto limitou a possibilidade de debate e críticas sobre o documento em específico. A partir desta dificuldade, foi solicitado pelos Chefes do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (Chefes DEPE) a ampliação de prazo para manifestação da consulta pública via formulário eletrônico. Assim, dilatou-se o prazo do dia 30 de junho para o dia 31 de julho.

Encerra-se este relatório indicando que a realização de 22 reuniões foi extremamente proveitosa e, embora tenha suscitado muitos debates, compreende-se que a intencionalidade era qualificar o trabalho e, conseqüentemente os processos institucionais. Espera-se, a partir dos dados supramencionados, inaugurar uma nova fase de trabalho em rede no tocante ao enfrentamento e prevenção da evasão escolar. Igualmente, buscar-se-á - através da formação de uma comissão de análise dos dados – efetivar a elaboração de diagnósticos institucionais periódicos, fornecendo assim, as bases necessárias para a tomada de decisão e planejamento estratégico.